

Malta Energias Renováveis S.A.					
CNPJ/MF nº 23.866.219/0001-73					
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)		
Ativo	2021	2020	2021	2020	Total
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	151	6.337	5.802	5.469	3.866
Contas a receber	3.441	3.822	158	158	5.108
Adiantamentos a fornecedores	9		2	3	255
Despesas antecipadas	86	34	46	35	(3.866)
	3.687	10.193	216	315	1.939
Não circulante					
Realizável a longo prazo			86	258	(3.866)
Aplicação financeira restrita	5.808	3.052	436	1.213	1.939
	5.808	3.052	26	102	92
Imobilizado	130.893	135.624	79.636	88.425	(2.083)
Intangível	80	83	2.267	2.575	1.309
	130.973	135.707	6.772	7.594	(2.083)
Total do ativo	140.468	148.952	140.468	148.952	1.309
					47.002
					47.002
					1.165
					47.002
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
1. Contexto operacional – A Malta Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A companhia recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização de registro de geração:			Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
			2021	2020	
UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início
					Término
Malta	PB	Malta	27	7,5	1º de março de 2016
					28 de fevereiro de 2021
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 23 de maio de 2022. (a) Capital circulante líquido: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 3.085 devido o saldo de empréstimo já garantido pela aplicação financeira restrita. A Companhia faz parte do Grupo Proton Energy e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. (b) Contrato de Energia de Reserva – CER: A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R\$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. 2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remuneração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas. 2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19: Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. De modo geral, a Companhia não foi impactada de forma negativa pelos efeitos da COVID-19, assim como não houve qualquer impairment em relação aos ativos e/ou ajustes nas estimativas contábeis. Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste (Nota 10). No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.					
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras					
Aos Administradores e Acionistas Malta Energias Renováveis S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Malta Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Recife, 23 de maio de 2022 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (Atual denominação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes) CRC ZSP 000.160/O-5 Vinicius Ferreira Britto Rêgo Contador CRC 1BA 024.501/O-9					

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

